

dia a dia

REGRAS PARA SE APOSENTAR



Votação acabou adiada para depois do Carnaval

Após sucessivos adiamentos, o governo fazia um esforço para tentar votar a reforma da Previdência ainda este ano na Câmara dos Deputados. No entanto, o presidente da Casa Legislativa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), adiou a votação para fevereiro de 2018, depois do Carnaval.

A mudança nas regras de concessão das aposentadorias é um dos principais projetos da equipe econômica do governo Michel Temer, liderada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Buscando facilitar a aprovação da proposta, o governo apresentou recentemente uma nova versão da proposta, mais enxuta.

Recentemente, questionado por jornalistas se há ainda mais espaço para recuo, Meirelles disse que a proposta, "como está, representa um benefício fiscal importante e fundamental para o equilíbrio das contas públicas".

Ele afirmou ainda que a versão atual já "retirou aquelas partes mais controversas e difíceis, como a questão dos trabalhadores rurais".

Mastanageiro Reinho/A2img

Alckmin vai punir infiéis

PSDB fechou questão a favor das mudanças na previdência, mas não estabeleceu, ainda, sanção a quem descumprir orientação. Votação foi adiada para fevereiro

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), afirmou ontem que haverá punição para deputados que votarem contra a reforma da Previdência, mas que o momento atual é de convencimento. O tucano é presidente da sigla.

"Terá punição, mas nós vamos estabelecer. O nosso momento não é de discutir punição, é convencimento", disse.

CONVENCIMENTO

"Terá punição, mas nós vamos estabelecer. O nosso momento é convencimento"

— Geraldo Alckmin, governador

O PSDB fechou questão a favor da proposta na última quarta-feira, na primeira reunião da executiva sob o comando de Alckmin. Ele falou sobre a decisão em visita à cidade de Americana, no interior paulista, mas não especificou qual e quando será estabelecida essa punição.

Alckmin assumiu a presidência do partido há uma semana e havia deixado em aberto a possibilidade de haver um "castigo" aos tucanos que fossem contrários.

PMDB, PTB e PPS também já fecharam questão a favor da reforma da Previdência. As três legendas já tinham decidido punir os deputados que desobedecerem a orientação do partido. O governador esteve em Americana para inaugurar o Terminal Metropolitano da cidade, obra entregue

com três anos de atraso.

Sobre a mudança da data da votação (leia mais ao lado), o tucano disse que isso não altera os planos do partido.

"Era pra votar em dezembro, ficou pra fevereiro. Nós continuamos favoráveis. Se ficar pra março continuaremos favoráveis. Entendemos que é uma questão de justiça, no sentido de ter um tratamento mais justo entre setor privado e público e pra evitar o deficit, porque isso pode comprometer o equilíbrio das finanças públicas."

SERVIDORES/ Questionado sobre a ser favorável à regra de transição na reforma para servidores que ingressaram antes de 2003, Alckmin se limitou a dizer que o partido ainda vai analisar a questão e afirmou que o projeto tem passado por mudanças. "Va-

Mãos de ferro

Alckmin participou ontem da entrega do Terminal Metropolitano de Americana. Ele anunciou que vai punir deputados que votarem contra a reforma



Novo ministro de Temer defende proposta

O novo ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, também defendeu a aprovação da reforma da Previdência ontem, durante participação de evento em Fernandópolis, no interior paulista. Ele foi empossado no cargo na sexta-feira e passa a responder pela articulação do Planalto com o Congresso. "Eu tenho a mais absoluta certeza da necessidade que o Brasil tem de tornar a sua previdência mais justa, mais igual e sem privilégios. É essa minha principal missão durante essa estada como ministro chefe da Secretaria de Governo", afirmou. "Só estou aceitando esse desafio porque tenho a perfeita consciência de que é possível nós aprovarmos essa reforma", completou o aliado.

R\$ 226,9 bilhões foi o deficit previdenciário, conforme o Tribunal de Contas da União

mos verificar. Toda hora tem tido mudança no projeto. Nós vamos analisar", disse. Os servidores que ingressaram no serviço público até 2003 têm, atualmente, direito à integralidade e à paridade, ou seja, eles conseguem se aposentar com o valor do último salário e têm reajuste igual ao servidor da ativa. Na proposta atual, homens teriam que completar 65 anos e as mulheres, 62, para garantir a aposentadoria integral e o mesmo reajuste dos ativos. Ou seja, os servidores não teriam regra de transição e teriam de atingir essas idades mínimas para manter os benefícios atuais. A mudança na regra do funcionalismo público gerou reação entre servidores, que poderiam até se aposentar antes, mas pela média salarial. /Com informações do G1